

ECONOMIA

Encargo menor contra informalidade

Ministério propõe redução de custos com INSS e FGTS para empresas contratarem dentro da lei

Editoria de Arte

Vivian Oswald

BRASILIA

O Ministério do Trabalho propõe a mudança da legislação trabalhista para tentar colocar no mercado formal os 12,4 milhões de brasileiros que, segundo os cálculos do Governo, estão atualmente na informalidade. Já foi encaminhado ao Congresso um projeto de lei que permite que os chamados encargos trabalhistas incidam somente sobre os salários dos trabalhadores e não mais sobre os extras que eles recebem.

Com isso, a base de cálculo para o desconto do FGTS e do INSS excluiria benefícios como auxílio-moradia, transporte, alimentação, assistência médica e auxílio-educação. Segundo o Governo, isso seria bom para o trabalhador, que teria garantidas essas vantagens, e melhor para os empregadores, que gastariam menos para manter seus empregados com os mesmos benefícios e poderiam contratar mais trabalhadores com carteira assinada.

A coordenadora do Departamento de Inspeção do Trabalho, Vera Olimpia, diz que o Governo não tem idéia do valor do qual estaria abrindo mão em arrecadação ao permitir uma base menor para aplicar as alíquotas do FGTS e do INSS, porque não há como saber quais benefícios são concedidos pelas empresas para cada um de seus funcionários. Na verdade, segundo ela, o Governo pode até passar a arrecadar mais, porque outros funcionários podem entrar no mercado de trabalho formal, pensando as perdas provocadas pela redução da base de cálculo. Dados levantados por Vera Olimpia indicam que a informalidade seria hoje a causa da sonegação de R\$ 3,6 bilhões para o FGTS e de cerca de R\$ 17 bilhões para a Previdência Social.

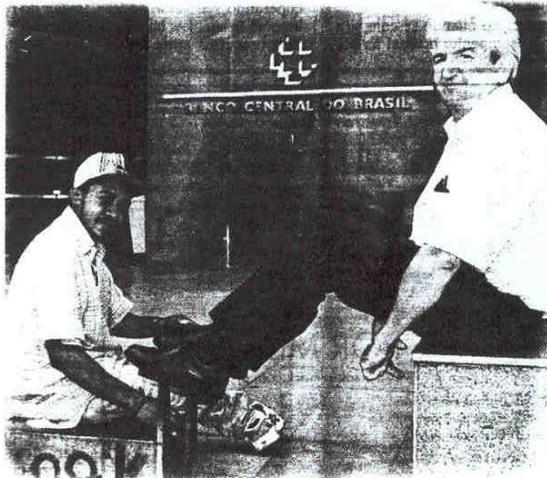
Informais chefiam 51% das famílias pobres

• Marcelo Néri, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), estima que os patrões gastem com seus empregados duas vezes o salário que pagam, ou seja, um funcionário que recebe mil reais ao mês custa R\$ 2 mil mensais ao seu empregador. Muitos empresários, por isso, prefeririam contratar informalmente. Segundo estudo de Néri, cerca de 51,3% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por indivíduos ocupados no setor informal. Sem alternativa, muitos trabalhadores prefeririam o trabalho sem carteira assinada porque veriam na informalidade a possibilidade de aumentar seus salários. As necessidades imediatas acabariam por levar essas pessoas a abrir mão de aposentadoria, seguro-desemprego e FGTS.

— Já trabalhei com carteira como auxiliar de escritório. Ganhava R\$ 200. Agora, como engraxate, tiro R\$ 300 por mês e ainda faço meu horário. Conheço os meus direitos e sei que é uma grande vantagem trabalhar fichado (com carteira), mas quando quiser tirar férias, ponho meu

Conheça os números do mercado de trabalho

Givaldo Barbosa



CÉLIO MIRANDA, engraxate, atende a um cliente em frente à sede do Banco Central, em Brasília. Ele é um dos milhões de brasileiros que estão no mercado de trabalho informal, mas não quer mudar de lado: "Já trabalhei com carteira como auxiliar de escritório. Ganhava R\$ 200. Agora, como engraxate, tiro R\$ 300 por mês e ainda faço meu horário. Conheço os meus direitos e sei que é uma grande vantagem trabalhar fichado (com carteira de trabalho), mas quando quiser tirar férias, ponho meu irmão para trabalhar aqui."

irmão para trabalhar aqui — diz o engraxate Célio Miranda, 19 anos, que faz ponto em frente ao prédio do Banco Central, em Brasília.

Segundo Vera Olimpia, o Ministério do Trabalho também está preparando um conjunto de propostas com alterações na legislação para facilitar a vida dos trabalhadores rurais. Levantamento do Departamento de Inspeção do Trabalho mostra que mais de 3,1 milhões de trabalhadores brasileiros das zonas rurais estão na informalidade. Eles são pouco mais de 25% do total de empregados sem carteira assinada em todo o país. Pelos dados da coordenadora, 66% dos trabalhadores do campo são informais.

Na lista de inovações na área rural que devem ser encaminhadas ao Congresso está a possibilidade de o empregado firmar um contrato de curtíssima duração, de até 29 dias, em que serão eliminados aspectos burocráticos que em geral impedem o acesso do trabalhador rural a seus direitos.

A proposta inclui também um contrato de

saíra, um pouco mais longo, e a redução da base dos descontos para o FGTS e do INSS. As propostas serão encaminhadas ao Congresso nas próximas semanas.

Construção civil pode ter condomínio de empregador

• O economista José Pastore, da Universidade de São Paulo, especialista em relações de trabalho, acredita que o universo de informais é bem maior do que o Governo calcula. Segundo Pastore, são cerca de 40 milhões de trabalhadores sem qualquer vínculo com a Previdência em todo o país, sendo que 14 milhões trabalham por conta própria, 14 milhões simplesmente não são registrados, 6 milhões não têm remuneração, 3,8 milhões são empregados domésticos e um milhão é de empregadores.

Até agora, o aperto da fiscalização e a gran-

Sector	Empregados com carteira assinada	Empregados sem carteira assinada
Agricultura	1.431.635	3.152.819
Indústria	5.189.159	1.547.137
Construção civil	954.025	1.461.541
Outras atividades industriais	357.265	79.930
Comércio	3.204.833	1.656.144
Sector financeiro	534.197	73.782
Demais serviços	3.393.508	2.082.689
Sector de transportes	1.075.258	410.792
Sector de comunicação	354.573	75.618
Serviços sociais e ensino	2.252.912	1.240.138
Administração pública	593.255	574.047

FONTE: PNAD/IBGE

Elaboração: Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho

O que o ministério está propondo

➤ **BASE MENOR:** Projeto de Lei já enviado ao Congresso propõe excluir da base de cálculo para os descontos do FGTS e do INSS os benefícios como vale-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e educação. Os encargos incidiriam apenas sobre o salário e deixariam de fora os benefícios. Com isso, os empresários poderiam aumentar a contratação de trabalhadores com carteira assinada.

➤ **CONTRATO CURTÍSSIMO:** Na área rural, onde estão 25% dos trabalhadores informais do país, o Governo pretende criar um contrato temporário, de até 29 dias, ultra-simplificado, para valer nas épocas de colheita, por exemplo.

➤ **CONTRATO ESPECIAL NA SAFRA:** Para a safra, o contrato rural seria mais longo, também com redução da base de cálculo dos descontos do FGTS e do INSS.

de campanha que está sendo feita pelos fiscais regionais do Trabalho conseguiram levar para o mercado formal 504 mil pessoas em todo o país. A meta do ministério até dezembro é elevar esse número para 920 mil.

No Estado do Rio, o problema da informalidade preocupa muito mais nos setores de serviços terceirizados, no comércio e na construção civil. São 2,12 milhões trabalhadores formais e 786.518 informais, segundo os dados do Ministério do Trabalho.

O excesso de trabalhadores da construção civil na informalidade no estado, 94 mil, levou os técnicos do ministério a discutir com os representantes do setor a possibilidade de criar condomínios de empregadores. Hoje, somente a agricultura tem como lançar mão desse instrumento. Os condomínios funcionam com uma união dos patrões firmada em cartório em que eles se comprometem a financiar os direitos de seus empregados em conjunto. Desta forma, pagar os benefícios sai mais barato, calcula o ministério. ■